

Antonio Sergio Cordeiro **Piedade**

Ana Carolina Dal Ponte **Aidar** Gomes

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



Direito Processual Penal

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.04.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Processo Penal”, passou a ser intitulada “Direito Processual Penal” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P668d

2. ed.

Piedade, Antonio Sergio Cordeiro

Direito processual penal / Antonio Sergio Cordeiro Piedade, Ana Carolina Dal Ponte Aidar Gomes; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
536 p. ; 21cm (Método essencial)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-509-1

1. Processo penal – Brasil. 2. Inquérito policial. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Gomes, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. II. Souza, Renee do Ó. III. Título. IV. Série.

22-76384

CDU: 343.1(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1

Introdução ao Direito Processual Penal	1
1.1 Conceito	1
1.2 Princípios	2
1.2.1 Princípio do devido processo legal	2
1.2.2 Princípio do contraditório	3
1.2.3 Princípio da ampla defesa	4
1.2.4 Princípio da verdade real	6
1.2.5 Princípio da presunção de inocência ou da não culpa- bilidade	6
1.2.6 Princípio da motivação	8
1.2.7 Princípio da vedação das provas ilícitas	10
1.2.8 Princípio da imparcialidade	10
1.3 Sistemas	12
1.3.1 Sistema inquisitivo	12
1.3.2 Sistema acusatório	12
1.3.2.1 Juiz das garantias	13
1.3.3 Sistema misto	20
1.4 Eficácia da lei processual penal	20
1.4.1 Eficácia da lei processual no espaço	21
1.4.2 Eficácia da lei processual no tempo	22
1.5 Interpretação e integração da lei processual	24

Capítulo 2

Inquérito policial	25
2.1 Introdução	25
2.2 Quem instaura o inquérito policial?	26
2.3 Destinatário do inquérito policial	29
2.4 Características do inquérito policial	29

2.5	Formas de instauração do inquérito policial.....	34
2.6	<i>Notitia criminis</i>	38
2.7	Instrumentos do crime.....	39
2.8	Indeferimento de requerimento de abertura de inquérito.....	40
2.9	Investigação em desfavor de agentes da segurança pública.....	41
2.10	Prazo para conclusão do inquérito policial.....	42
2.11	Encerramento do inquérito policial.....	44
2.12	Acordo de não persecução penal.....	51
2.13	Pontos importantes.....	56
2.13.1	Do curador.....	56
2.13.2	Da incomunicabilidade do preso.....	57
2.13.3	Das nulidades no inquérito policial.....	58
2.13.4	Trancamento do inquérito policial.....	59
2.14	Outras modalidades investigativas.....	60
2.14.1	Investigação pelo Ministério Público.....	60
2.14.2	Termo circunstanciado.....	63
2.14.3	Comissão Parlamentar de Inquérito.....	63

Capítulo 3

Ação penal.....	65	
3.1	Introdução.....	65
3.2	Condições da ação.....	66
3.2.1	Genéricas.....	66
3.2.2	Específicas.....	73
3.3	Espécies.....	74
3.3.1	Ação penal pública.....	76
3.3.1.1	Início da ação penal pública.....	80
3.3.1.2	Prazo para o ajuizamento da ação penal pública....	82
3.3.1.3	Ação penal pública incondicionada.....	83
3.3.1.4	Ação penal pública condicionada.....	84
3.3.2	Ação penal privada.....	90
3.3.2.1	Início da ação penal privada.....	96
3.3.2.2	Prazo para o ajuizamento da ação penal privada ...	97
3.3.2.3	Perempção.....	98
3.3.2.4	Ação penal privada comum ou exclusiva.....	100
3.3.2.5	Ação penal privada personalíssima.....	101

3.3.2.6	Ação penal privada subsidiária da pública	102
3.4	Hipóteses de rejeição liminar de denúncia ou queixa-crime.....	105
3.5	Pontos importantes	112
3.5.1	Crime de lesão corporal ocorrido no âmbito doméstico e familiar	112
3.5.2	Crimes contra a dignidade sexual.....	115

Capítulo 4

Ação civil <i>ex delicto</i>	119
------------------------------------	-----

Capítulo 5

Jurisdição e competência	125	
5.1	Jurisdição	125
5.2	Competência	128
5.2.1	Conceito	128
5.2.2	Competência absoluta e relativa.....	128
5.2.2.1	Competência absoluta.....	128
5.2.2.2	Competência relativa	129
5.2.3	Espécies.....	131
5.2.3.1	Da competência em razão da matéria.....	131
5.2.3.2	Da competência territorial.....	152
5.2.3.3	Da competência pelo domicílio ou residência do réu... 154	
5.2.3.4	Da competência por distribuição	155
5.2.3.5	Conexão e continência	156
5.2.3.6	Prevenção.....	163
5.2.3.7	Da competência por prerrogativa de função.....	164
5.2.4	Questões pontuais	170
5.2.5	Disposições finais.....	174

Capítulo 6

Das questões e processos incidentes	177	
6.1	Das questões prejudiciais.....	178
6.2	Das exceções	180
6.2.1	Exceção de suspeição.....	181

6.2.2	Exceção de incompetência.....	186
6.2.3	Exceções de litispendência, ilegitimidade da parte e coisa julgada	187
6.3	Das incompatibilidades e impedimentos	189
6.4	Conflito de jurisdição	191
6.5	Da restituição das coisas apreendidas	193
6.6	Das medidas assecuratórias	196
6.6.1	Sequestro	196
6.6.2	Hipoteca legal	199
6.6.3	Arresto	201
6.6.4	Alienação antecipada dos bens.....	203
6.7	Do incidente de falsidade	204
6.8	Do incidente de insanidade mental do acusado	206

Capítulo 7

Provas	209
7.1 Disposições gerais	209
7.1.1 Significados.....	209
7.1.2 Princípios.....	210
7.1.3 Destinatário e finalidade.....	211
7.1.4 Sistemas.....	211
7.1.5 Da produção de provas.....	212
7.1.6 Ônus da prova.....	213
7.1.7 Fases de produção	214
7.1.8 Da vedação das provas ilícitas e das obtidas por meio ilícito.....	215
7.1.9 Prova emprestada	219
7.2 Das espécies de provas.....	220
7.2.1 Exame de corpo de delito e perícias em geral	221
7.2.1.1 Autópsia.....	229
7.2.1.2 Exame de lesão corporal	230
7.2.1.3 Exames laboratoriais.....	231
7.2.1.4 Exames nos crimes de roubo ou furto	231
7.2.1.5 Exame de incêndio	232
7.2.1.6 Exame de reconhecimento de escritos.....	233
7.2.1.7 Exame de instrumentos.....	233
7.2.2 Interrogatório do acusado.....	234

7.2.3	Confissão.....	239
7.2.4	Oitiva do ofendido	241
7.2.5	Prova testemunhal	243
7.2.6	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	250
7.2.7	Acareação.....	251
7.2.8	Prova documental	252
7.2.9	Indícios.....	254
7.2.10	Busca e Apreensão.....	254
7.2.10.1	Busca pessoal	255
7.2.10.2	Busca domiciliar	255
7.2.10.3	Busca: disposições em comum	258
7.2.11	Meios de prova previstos na legislação extravagante..	261
7.2.11.1	Interceptação telefônica	261
7.2.11.2	Captação ambiental	266
7.2.11.3	Colaboração premiada.....	266

Capítulo 8

Sujeitos processuais	271
8.1 Do Juiz.....	271
8.1.1 Impedimento	274
8.1.2 Suspeição	276
8.2 Do Ministério Público	277
8.3 Do acusado.....	281
8.4 Do defensor.....	282
8.5 Do assistente de acusação.....	285
8.6 Dos funcionários da justiça.....	289
8.7 Dos peritos	289
8.8 Dos intérpretes.....	291

Capítulo 9

Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória	293
9.1 Disposições gerais	293
9.1.1 Quem aplica as medidas cautelares?	294
9.2 Prisão	296
9.2.1 Prisão-pena.....	297

9.2.2	Prisão cautelar.....	298
9.2.2.1	Mandado de prisão.....	300
9.2.2.2	Emprego de força	302
9.2.2.3	Perseguição.....	302
9.2.2.4	Presos “especiais”	303
9.2.2.5	Modalidades	305
9.3	Outras medidas cautelares	341
9.4	Liberdade provisória.....	345
9.5	Fiança.....	346
9.5.1	Quem arbitra a fiança?	346
9.5.2	Crimes inafiançáveis	348
9.5.3	Valor da fiança.....	351
9.5.4	Obrigações do afiandado.....	353
9.5.5	Restituição da fiança.....	353
9.5.6	Cassação da fiança.....	354
9.5.7	Reforço da fiança.....	354
9.5.8	Quebra da fiança	355
9.5.9	Perda total da fiança.....	356

Capítulo 10

Dos processos em espécie	357
10.1 Disposições gerais	357
10.2 Procedimento comum.....	358
10.2.1 Procedimento ordinário.....	359
10.2.1.1 Recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa-crime....	359
10.2.1.2 Citação.....	360
10.2.1.3 Intimação.....	371
10.2.1.4 Resposta à acusação.....	372
10.2.1.5 Absolvição sumária	372
10.2.1.6 Audiência de instrução e julgamento	374
10.2.1.7 Sentença.....	381
10.2.2 Procedimento sumário.....	396
10.2.3 Procedimento sumaríssimo.....	397
10.3 Procedimentos especiais.....	403
10.3.1 Procedimento do Tribunal do Júri	404
10.3.1.1 Princípios do Tribunal do Júri.....	404
10.3.1.2 Fases.....	409

10.3.2	Do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	444
10.3.3	Do processo e julgamento dos crimes contra a honra.....	445
10.3.4	Do processo dos crimes contra a propriedade imaterial.....	446

Capítulo 11

Nulidades.....	449
11.1 Disposições gerais	449
11.2 Sistemas	450
11.3 Princípios	451
11.4 Espécies.....	454
11.4.1 Nulidade absoluta	455
11.4.2 Nulidade relativa.....	464

Capítulo 12

Recursos.....	467
12.1 Disposições gerais	467
12.2 Princípios	468
12.3 Pressupostos.....	472
12.3.1 Objetivos.....	473
12.3.2 Subjetivos.....	475
12.4 Efeitos.....	475
12.4.1 Efeito devolutivo	475
12.4.2 Efeito suspensivo	476
12.4.3 Efeito regressivo.....	476
12.4.4 Efeito extensivo.....	477
12.5 Espécies.....	477
12.5.1 Recurso de apelação criminal	477
12.5.2 Recurso em sentido estrito	484
12.5.3 Embargos de declaração.....	494
12.5.4 Embargos infringentes	496
12.5.5 Carta testemunhável	497
12.5.6 Agravo em execução	498
12.5.7 Recurso especial.....	499
12.5.8 Recurso extraordinário.....	500

Capítulo 13

Ações autônomas de impugnação	501
13.1 <i>Habeas corpus</i>	501
13.2 Revisão criminal.....	510
13.3 Mandado de segurança	516
Referências.....	521